

Governo forma o seu bloco no Congresso

Marcondes Gadelha, do PFL, garante que Centrão não será modelo

AFONSO COZZOLINO
Da Editora de Política

Tão logo a Constituição seja promulgada e o Congresso volte a funcionar, um novo bloco de apoio ao Governo começará a atuar. Por enquanto, a articulação desse bloco está restrita aos líderes do Governo na Câmara e no Senado, mas a expectativa é de que em poucos dias comecem as adesões. O presidente José Sarney pretende com o bloco obter a maioria nas duas Casas e assim concluir o seu Governo com alguma tranquilidade política.

De acordo com o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, o novo bloco, que deverá se chamar Bloco Democrático da Transição, não vai ser simplesmente uma reedição do Centrão, que durante os trabalhos da Constituinte apoiou sistematicamente o Governo. "Ele difere do Centrão em mil coisas", afirmou Gadelha. "O bloco vai ser, em primeiro lugar, institucionalizado, aproveitando a brecha que a nova Carta abre para a formação de grupos assim, com prerrogativas, líderes, etc.". O senador garantiu que os articuladores do bloco cuidam para que ele, ao contrário

do Centrão, não surja de "forma aleatória, para não haver a dispersão que houve naquele grupo".

O Bloco Democrático da Transição, antes mesmo de nascer, já tem os seus objetivos bem delineados. Além de apoiar o Governo, a ideia é formar uma frente para estudar e votar as legislações complementares e ordinárias. "Logicamente, sempre levando em conta os interesses do Governo", ressaltou Gadelha. Mas o senador reconhece que o novo grupo pode evoluir e formar um novo partido, reunindo forças de centro e centro-esquerda, e até lançando um candidato à presidência da República, que não seria, necessariamente, o mesmo apoiado pelo presidente José Sarney. Marcondes Gadelha, porém, ressaltou que é bastante provável a coincidência de candidatos.

Os quatro líderes do Governo no Congresso — os senadores Marcondes Gadelha e Saldanha Derzi e os deputados José Lourenço e Carlos Sant'Anna — trabalham na formação do bloco de apoio, mas ainda não sabem quantos parlamentares poderão reunir. A ideia, no entanto, é ter a maioria, até mesmo para fazer frente ao bloco de oposição que

naturalmente surgirá. Logo após a promulgação da nova Constituição, marcada para o dia 23 de setembro, o bloco lançará um manifesto, a fim de explicar a sua fundamentação política e ideológica. O senador Marcondes Gadelha diz que ainda não existe uma linha definida, mas pessoalmente defende que ela deva dar ênfase a matérias factuais.

"Precisamos defender uma política antiinflacionária, lutar pela consolidação dos princípios aprovados pela Constituinte e fazer apelos a modernização do País", disse o senador. Gadelha, contudo, conta que ainda existe uma indefinição quanto a estratégia que os líderes adotarão para formar o bloco. "Há uma dúvida se devemos trabalhar aberta ou reservadamente", disse ele, que defende que "todos os nossos passos devem ser anunciados". O líder do PFL no Senado entende que se for feito um trabalho velado, o apoio ao Governo também será velado. "Está na hora de saber quem é quem dentro do Congresso", afirmou Gadelha. Ele garante que nessa definição não entrarão cargos. "Se o bloco começar com fisiologismo, não avança", concluiu.

EUGENIO NOVAES



A cadeira de Ulysses e a mesa mostram o que restou depois da festa de ontem de madrugada

Freire acha que esquerda abriu espaço

Porto Alegre — "A nova Constituição assumiu um caráter mais à esquerda do que era de se esperar da correlação de forças na Constituinte". A avaliação é do deputado Roberto Freire (PCB-PE), para quem esta vitória, pelo menos no terreno legal, fará com que cresça o respeito pela esquerda na sociedade brasileira. Freire lembrou que com apenas três deputados na bancada, a participação dos comunistas foi decisiva em diversas questões, principalmente no capítulo dos direitos individuais e no dos direitos sociais.

— No entanto, a lei por aí só não transforma a realidade. Agora é que deve começar a luta para se fazer valer o que foi aprovado pelos constituintes — afirmou Freire. Ele disse que os empresários da direita estão entendendo o processo e já começaram as demissões de mulheres por causa da aprovação da licença maternidade por 120 dias. Porém, esse tipo de situação já é conhecido na história do País há muito tempo. Trata-se, segundo o deputado, do discurso dos derrotados da direita que já o tinham feito na abolição da escravatura e durante a luta pela jornada de oito horas de trabalho nos anos 30.

Centrão e PT vão assinar a Constituição

Todos os constituintes deverão assinar a nova Constituição. Os 13 membros do Centrão que votaram contra o Projeto B continuam criticando o texto mas não deixarão de colocar os seus nomes no texto final. O PT também já descartou essa hipótese.

— Não nos resta mais nada a fazer do que assinar e cumprir a Constituição — disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) ao deputado Paes Landim (PFL-PI). A ideia de Luiz Eduardo é que o grupo faça uma declaração de voto ressaltando os dispositivos de que não gostaram. Cerca de 40 deputados do Centrão, entre eles o líder do PFL, José Lourenço, já concordaram com essa ideia. Mas líderes importantes do grupo, como Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), acham que a Constituição deve ser assinada sem outras considerações.

Amanhã, em Salvador, durante o aniversário do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, deverá ficar definida a posição do grupo.

Votaram contra o projeto B: José Lourenço, Luiz Eduardo, Roberto Campos, Paes Landim, Gilson Machado, Ricardo Fiuza, Rita Furtado, Vieira da Silva, Levy Dias, Irupuan Costa Jr, Pedro Ceolin, Angelo Magalhães e Francisco Carneiro.

Após a festa cívica, o clima é de ressaca

Foram dez dias memoráveis, que na opinião do deputado Adylson Mota (PDS/RS), um dos mais assíduos constituintes, redimiram seus colegas das ausências em outras fases importantes da Assembleia. Terminado o esforço concentrado, porém, o Congresso viveu ontem um clima de ressaca cívica. Os poucos parlamentares que ainda se encontravam em Brasília não conseguiram escapar do cansaço — e circulavam pelos corredores visivelmente abatidos, mas também aliviados.

Após a festa, que começou por volta das 2h de ontem, ainda no plenário, e só foi terminar quando o dia já amanhecia, nos bares e restaurantes da cidade, os constituintes, em sua maioria, se encontraram em outro local, ainda que não tivessem marcado compromisso: o aeroporto. Muitos viajaram nos primeiros aviões, especialmente os candidatos às prefeituras municipais, que aproveitaram o recesso branco iniciado ontem para intensificar a campanha. A deputada Abigail Feltosa, que disputou a prefeitura de Salvador, e o deputado Aldo Arantes, que concorreu à prefeitura de Goiânia, por exemplo, deixaram a cidade de logo cedo — e só devem retornar a Brasília dentro de oito ou dez dias.

Os não-candidatos também viajaram. No início da tarde, já não se encontravam em Brasília, entre muitos outros, os deputa-

dos Afli Domingos que embarcaram para São Paulo, e o deputado Vivaldo Barbosa que foi para o Rio no voo do meio-dia. Alguns dos que ainda ficaram em Brasília aproveitaram o dia para descansar. Na liderança do PDS, informaram que o deputado Amaral Neto não apareceria ontem no Congresso. "Ele está em casa descansando".

EXCEÇÕES

Poucos parlamentares ainda foram vistos à tarde. O deputado Konder Reis almoçou no Congresso, e depois se reuniu com o relator Bernardo Cabral. O presidente Ulysses Guimarães esteve de manhã em seu gabinete e avisou que retornaria no final da tarde, para prestigiar a reunião dos relatores. O deputado Fernando Santana passou pelo Comitê de Imprensa para cumprimentar os jornalistas. E os deputados Antônio Perosa e Moema São Thiago passaram descontraindo pelo salão verde.

Já o deputado Adylson Mota, que faltou a poucas sessões da Constituinte, viajou no início da noite para Porto Alegre. Como outros colegas seus, Mota foi participar da campanha eleitoral, apoiando candidatos do PDS em 70 municípios gaúchos, inclusive a capital. O deputado estava satisfeito com o resultado das votações, embora considerasse que houve alguns "atropelos". Para Adylson Mota, durante o

esforço concentrado, os constituintes se redimiram de suas faltas. "Mas se eles tivessem feito isto mais cedo, a Constituição estaria promulgada há pelo menos seis meses", observou.

Satisfeita com os resultados das votações, a deputada Anna Maria Rattes despatchou normalmente em seu gabinete durante todo o dia de ontem. Praticamente emendou as comemorações da conclusão do segundo turno com mais um dia de trabalho. "Quem fala aqui é o meu espírito", brincou ela, que ontem à noite embarcou para o Rio de Janeiro, de onde volta na próxima terça-feira.

SOLIDÃO

As pessoas que conviviam com a rotina da Constituinte nos últimos 19 meses certamente estranharão a ausência de movimento ontem no Congresso. Os lobistas desapareceram como por encanto. O serviço de limpeza, bastante eficiente, se encarregou de remover os vestígios dos grupos de pressão.

Os jornalistas passaram um dia tranquilo, após um período de esforço concentrado. Os seguranças, sempre em grande número, praticamente desapareceram. Os assessores, em sua maioria, tiraram o dia para descansar. A Constituinte viveu horas de ressaca, mas já se prepara para a festa final, que certamente trará para os salões e corredores todos de volta.

Chega a vez das leis ordinárias

Antes mesmo de se curar da ressaca provocada pelo esforço concentrado de votação do texto constitucional, vários constituintes já iniciaram estudos para a elaboração de projetos de leis ordinárias e complementares à Constituição.

Os levantamentos feitos até agora apontam a existência de 42 dispositivos que necessitam de lei complementar para entrar em vigor, e 158 que dependem de legislação ordinária.

Estes entretanto são apenas os que fazem referência explícita, como por exemplo: "A lei disciplinará" ou "conforme definidos em lei". Mas há pelo menos uma centena de dispositivos que, implicitamente, exigem algum tipo de legislação para serem regulamentados. A guerra que se prepara desde já, será travada agora para a definição desta legislação.

Os estudos mais adiantados neste sentido estão sendo dirigidos pelo 1º vice-presidente do Senado, senador José Ignácio Ferreira. Com a ajuda do jurista Geraldo Simões, ele selecionou 30 temas que considera mais importantes, e que terão de ser regulamentados com uma certa urgência, como as matérias que têm prazos definidos para entrar em vigor

após a promulgação da nova Constituição.

DIFICULDADES

Neste aspecto, já se detecta uma primeira dificuldade. Alguns dispositivos, de acordo com o texto aprovado, deverão entrar em vigor 120 dias após a promulgação da Carta. O problema é que as eleições municipais inviabilizarão até 15 de novembro qualquer atividade parlamentar, e já no dia 5 de dezembro começa oficialmente o recesso da Câmara e Senado, que se estende até o início de março de 89. "Antes do ano que vem não se vota mais nada aqui", prevê o deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG).

No caso da aplicação dos dispositivos constitucionais aprovados com prazos definidos, há duas interpretações diferentes. O professor Geraldo Simões — assessor de José Ignácio Ferreira — diz que uma interpretação é que o prazo de vigência seria contado mesmo 120 dias, seis meses ou um ano a partir da data da promulgação da Carta. A outra é de que seriam contados 120 dias ou seis meses do ano "legislativo". Neste caso, seria descartado o prazo do recesso parlamentar.

Com a intenção de subsidiar a Mesa do Senado Fe-

deral com o encaminhamento de anteprojetos englobando a legislação complementar e ordinária, o senador José Ignácio Ferreira selecionou para a primeira fase de discussão 30 temas que considerou mais urgentes. Estes temas serão discutidos em painéis com especialistas antes da redação dos anteprojetos. As primeiras matérias a serem debatidas já no mês de outubro são o abuso do poder econômico, o código eleitoral e do meio ambiente, mandato de injunção e habeas data.

Como o senador capixaba, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) também vem trabalhando na elaboração de projetos de legislação complementar e ordinária há cerca de quatro meses. Até agora já existem cerca de 200 propostas que serão protocoladas e encaminhadas à Mesa da Câmara assim que seja deflagrado o processo de elaboração das leis que regulamentarão o texto constitucional.

— Esta Constituição é apenas o hardware, é preciso agora escrever o software — observa o senador Roberto Campos (PDS/MT). Pessimista, ele diz que esta "é uma tarefa para uma geração inteira".

Para Ulysses, desculpas do TSE não colam

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), afirmou ontem que a lei deve ser respeitada, e que na era da informática a Justiça Eleitoral tem condições de baixar as normas regulamentadoras a tempo de evitar que a representação política seja prejudicada. Ulysses fez tal declaração ao comentar a afirmação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Oscar Corrêa, de que não há condições de atender ao artigo das Disposições Transitórias do projeto constitucional que aumenta o número de vereadores em municípios mais populosos.

Atualmente, os municípios com mais de 1 milhão de habitantes podem eleger entre 21 e 33 vereadores de acordo com sua população. Pela nova Constituição, os municípios com 1 milhão até 5 milhões de habitantes poderão eleger um mínimo de 33 e um máximo de 41 vereadores. Para os municípios com mais de cinco milhões de habitantes — São Paulo —, o número de vereadores fica entre 33 e 55.

Na tarde de ontem, durante solenidade no Palácio do Buriti, o ministro Oscar Corrêa falou aos presidentes do PSB, PDS e PFL, senadores Jamil Haddad (RJ), Jarbas Passarinho (PA) e Marco Maciel (PE), da impossibilidade de a Justiça Eleitoral cumprir o artigo, pois há pouco tempo para isto — a Constituição só será promulgada no dia 5 de outubro. Minutos depois, já no Prodasen, Ulysses foi questionado pela imprensa sobre o assunto, e garantiu que os partidos farão as convenções em tempo hábil, para que o dispositivo constitucional seja cumprido.

Falta verba ao TSE para as eleições

A eleição presidencial do próximo ano está ameaçada por falta de recursos no Tribunal Superior Eleitoral. A proposta orçamentária remetida na terça-feira ao Congresso Nacional cortou Cz\$ 3.156 bilhões do item "Coordenação e supervisão de eleições" da planilha do TSE. No total, os cortes impostos à Justiça Eleitoral foram ainda maiores: o TSE precisa de Cz\$ 89 de Cz\$ 10.309 bilhões e recebeu apenas Cz\$ 5.031 bilhões.

Apesar do quadro considerado "dramático" por assessores do TSE, o presidente do Tribunal, ministro Oscar Corrêa, garante que os cortes no orçamento não o preocupam. "Qualquer despesa que eu precisar fazer com as eleições de 89 terá que ser pagas pelo governo".

GOVERNO PAGA

Oscar Corrêa admite que vai ser necessário aporte maior de recursos para a eleição presidencial, mas não sabe dizer, entretanto, o volume de recursos necessários para garantir o processo eleitoral do próximo ano. Ele entende que o pedido de orçamento original do Tribunal deveria ter sido considerado apropriado pelo Governo.

Ex-"tucano" regressa ao velho ninho

O deputado Ulysses Guimarães surpreende pela sua vitalidade. Ontem, quando a maioria dos parlamentares ainda curtiam a ressaca provocada pelas comemorações do último dia de votação da Constituinte, ele já estava em seu gabinete. Foi até lá para receber, de braços abertos, o ex-tucano José Costa, que trocou o charme da plumagem colorida e o enorme bico que caracterizam a ave símbolo do PMDB, pelo velho ninho do PMDB, partido a que pertencia desde os tempos do MDB, que ajudou a fundar.

Ulysses estava de bom humor e permaneceu em sua sala até as 14 horas, recebendo cumprimentos pelo fim da votação. A volta de um filho pródigo também foi motivo de alegria. A atitude de José Costa coloca um ponto final em uma novela comprida — a eterna briga entre ele e o governador de seu Estado. Os motivos que o levaram a sair do PMDB são os mesmos que o fazem voltar. Segundo ele, não é possível agüentar a convivência com Fernando Collor dentro de um mesmo partido.

Em Alagoas os tucanos estão dominados por pessoas ligadas ao governador. O candidato à prefeitura de Maceló é o deputado Renan Calheiros, homem de confiança de Collor. Outro amigo do Governador é o senador Teotônio Vilela Filho, que também veio para o PSDB.

Um presente da esquerda

A formação de blocos parlamentares foi aprovada pela Constituinte e está posta no Título IV, que trata da Organização dos Poderes. O artigo 60 detalha a formação de comissões permanentes e temporárias — e assegura, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares naquelas Comissões. A inclusão deste dispositivo

dá aos blocos que vierem a ser formados, por tabela, todas as prerrogativas que têm, por exemplo, os partidos políticos.

O senador Marcondes Gadelha reconheceu que a proposta de formação de blocos partiu da esquerda, mas beneficia o governo, que inicialmente se posicionou contra ela. "A esquerda viu a besteira que estava fazendo. Já era tarde: a formação de

blocos estava garantida", disse. De fato, durante o segundo turno, deputados e senadores de esquerda ainda tentaram modificar o texto, permitindo apenas a formação de blocos de partidos, e não de parlamentares, o que diminuiria sensivelmente as possibilidades de organização em grupos. Foi inútil. Votado, o texto aprovado em primeiro turno acabou mantido.

Já começam a corrigir o texto

Art. 56 — A lei disporá sobre o Instituto da Emfiteuse em imóveis urbanos, sendo facultado aos foreiros, no caso de sua extinção, a remissão dos aforamentos mediante aquisição do domínio direto.

Foi assim que este dispositivo saiu do plenário da Constituinte, após a votação em segundo turno. Quando voltar para a votação final, contudo, a remissão (do verbo remeter) terá se transformado em remição (do verbo pagar). Trata-se de um dos vários erros ortográficos existentes no projeto constitucional.

Para sanar equívocos desse tipo, o relator Bernardo Cabral reuniu-se ontem à tarde com seus adjuntos, o senador José Fogaça e os deputados Konder Reis e Adolfo Oliveira, deflagrando o que classificou como "operação pente-fino". Esta operação valerá até sexta-feira próxima, quando o texto constitucional, já corrigido pelo relator, será enviado aos membros da Comissão de Redação. No dia 13, a comissão reúne-se pela primeira vez para discutir a proposta final a ser levada

dia 22 ao plenário da Constituinte.

FORMULAÇÃO

Mas nem só erros de ortografia tem o projeto constitucional. Há deficiências semânticas, de formulação de concordância e cacofonias. Para quem acha que este tipo de equívoco não significa nada, o senador José Fogaça tem um exemplo preocupante: o inciso LXVII do artigo 5º, segundo o qual ninguém será levado à prisão ou nela será mantido quando a lei admitir a liberdade provisória. O que os constituintes entenderam, ao aprovar este dispositivo, foi proibir a prisão nos casos em que a lei permitir a liberdade provisória. Como ficou redigido, basta que a lei admita liberdade provisória em qualquer caso para que nenhuma prisão seja efetuada no País. "Ou mudamos isso ou teremos que abrir as portas dos presídios", acha Fogaça.

Segundo o deputado Bernardo Cabral, a Comissão de Redação tem poderes para mudar o texto do projeto em casos como o do inciso citado, onde a má formulação terminou comprometendo os objetivos do dispositivo. O órgão só não poderá alterar é o mérito do que foi aprovado pelo plenário, ainda que alguns trechos provoquem divergências de interpretação. E o caso do artigo que tabelou os juros bancários. O relator da Constituinte acha que ele é auto-aplicável (ou seja, vigora imediatamente após a promulgação da Carta), mas admite que há polémica em torno do assunto: "Muita gente acha que o tabelamento ainda depende de regulamentação, porque remete a respectiva punição para a lei. Acontece que a lei já existe, é a lei da usura. Dúvidas deste tipo só o Supremo Tribunal Federal terá poderes para dirimir", explicou Cabral. Por via das dúvidas, o deputado Ulysses Guimarães, que estava ao lado do relator, deu "graças a Deus" por não ter empréstimos bancários.

A Comissão de Redação, que se reúne a partir do dia 13, é composta por representantes de todos os partidos, mais o filólogo Ceiso Cunha e o jurista José Afonso.